



GT02 - História da Educação – Trabalho 925

CORPO E ESCOLARIZAÇÃO EM GOIÁS (1925-1930):

OS PROGRAMMAS DE ENSINO PARA A ESCOLA PRIMÁRIA

Rubia-Mar Nunes Pinto - UFG

Resumo

Este trabalho integra o projeto de pesquisa História da educação dos corpos nas fronteiras do rural-urbano (Goiás, 1889-1997) que, entre outros objetivos, quer investigar as relações entre educação do corpo e processos de modernização do estado de Goiás. O trabalho dedicou-se ao estudo comparativo de dois programas de ensino para a escola primária de Goiás (1925, 1930). A leitura das fontes concedeu centralidade aos enunciados para identificar principalmente os tempos e os saberes inscritos na educação do corpo infantil e para mapear e analisar a discursividade que condicionava o corpo e sua educação no âmbito da escolarização elementar em Goiás no período. O texto apresentado recorre ao recurso discursivo da comparação entre os documentos, embora o estudo realizado não sido iluminado pela perspectiva comparativa. A principal conclusão aponta para o esforço de inscrição da escola primária goiana na difícil e necessária tarefa de educar os corpos infantis para o quê numerosos dispositivos de educação do corpo foram introduzidos ou aprimorados nos Programas, em especial, a definição dos saberes e a conformação dos tempos escolares.

Palavras-chave: Educação do corpo, Escola Primária; História da educação goiana

Esta investigação insere-se no quadro geral dos estudos que vêm promovendo uma renovação no campo da história da educação e trazido grandes contribuições para a historiografia da educação física brasileira ao possibilitar que novos objetos de estudo venham *a luz* e, tal qual ensinou Clarice Nunes (1992), que velhos objetos recebam novos olhares e interesses. É no interior deste processo de renovação que a pesquisa sobre a história da educação do corpo vem emergindo desde as duas últimas décadas como promissora possibilidade de ampliação de nossos entendimentos acerca de processos históricos que, incidindo sobre os corpos, intentaram conformá-los a modelos determinados de pensamento, sentimento e ação.

Entres os diversos campos de conhecimento que tem se interessado por esta temática destaca-se a educação física e, neste sentido, há que se mencionar os vínculos viscerais entre a historiografia da educação e a historiografia da educação física

brasileiras nos estudos sobre a história da educação dos corpos. Sendo assim, este investimento investigativo dialoga preferencialmente com a produção teórica e historiográfica destes dois campos de conhecimento, utilizando principalmente os estudos de historiadores da educação goiana e aqueles que se dedicam a história da educação física brasileira, tomando-as como referências privilegiadas para estudar a história da educação do corpo em Goiás nos anos 1920. Como ressalta Tarcísio Mauro Vago (2010, p. 9-10) ao comentar os vínculos entre as pesquisas em história da educação e da educação física,

os estudos relativos à História da Educação Física experimentaram uma importante renovação nos últimos 20 anos. Novas abordagens teóricas, alargamento de fontes e objetos e, principalmente, a emergência de grupos de pesquisa inseridos em diferentes universidades brasileiras. Esse movimento de expansão dá-se em grande medida a partir de estudos realizados em Programas de Pós-Graduação em Educação, orientados pelo entendimento de que a educação física é constitutiva da educação e nela constituída. Uma decorrência é o diálogo com a história da educação e com alguns de seus objetos, como os processos de escolarização, a formação de professores e as relações entre a escola e a cidade, por exemplo.

Cumpre, contudo, pensar que a educação do corpo não acontece tão somente na escola e, particularmente, nas aulas de educação física assim como este objeto de estudo não pode se restringir à história desta disciplina escolar. Ao contrário, conforme Taborda de Oliveira (2011, p. 390), estas pesquisas

[...] se encontram entrelaçados a outras temáticas ou problemas de pesquisa, tais como: a educação dos sentidos e das sensibilidades, os rituais disciplinares, as prescrições científicas etc. – desdobramentos que fazem do corpo o lugar que abriga, rejeita, recebe, devolve, silencia ou anuncia a abundância de encontros com a natureza e com a cultura realizados pelos sujeitos.

Não é difícil perceber que a escolarização das sociedades ocidentais modernas, sem dúvida, se mostra como processo social centralizado na educação do corpo e, logo, a escola seu *locus* privilegiado. É possível visualizar aí o projeto de uma educação moral e intelectual – e não somente corporal - suportado pela educação do corpo na escola. Para tanto, basta atentar para o conjunto de discursos e práticas que vem configurando variados dispositivos escolares na expectativa do enquadramento do corpo a partir de certos códigos e modos de pensar, sentir e agir.

A educação do corpo pode ser pensada como “uma das marcas mais tangíveis da difusão mundial da educação primária entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Taborda de Oliveira, 2011, p. 389). Afinal, neste período da história da cultura ocidental, coube principalmente à escola a construção e a difusão da idéia que é “possível e necessário educar as crianças e seus corpos” (Taborda de Oliveira, 2011, p. 390). Desta ótica, os estudos interessados na história da educação corporal podem ajudar a entender os poderes, as aspirações, desejos e expectativas que tais sociedades inscreveram na instituição escolar e na escolarização, de forma geral.

As pesquisas sobre educação do corpo no Brasil seguem, de resto, a tendência mais geral da produção científica nacional: predominância de estudos e estudiosos vinculados a pós-graduação e de recortes temporais e geográficos restritos às Regiões Sul e Sudeste onde se localizam, por sinal, a maioria dos programas de pós-graduação em educação e educação física brasileiros. Não por acaso, o conhecimento histórico acerca da educação do corpo no Brasil tem avançado principalmente nos estados do sul e do sudeste brasileiros em programas de pós-graduação em educação e educação física bem como em torno dos centros de memória da educação física e dos esportes sediados em universidades federais (UFMG, UFRJ, UFRGS).

No estado de Goiás, a pesquisa sobre a temática ainda é incipiente e escassa. Na esfera da pós-graduação, são ainda mais raros os estudos voltados para as problemáticas postas pela educação do corpo dos goianos na história. Lacuna percebida por Diane Valdez (2012, p. 121) ao analisar o estado da arte da história da educação em Goiás: “Estudos que focam o ensino da educação física, ginástica e higienização [...] não foram encontrados”. Nos cursos de graduação em educação física, prevalece uma narrativa histórica que pode ser resumida em poucas linhas: a educação física surgiu dos movimentos ginásticos europeus dos séculos XVII e XIX, foi introduzida nas escolas na década de 1920 com o método de ginástica francês, serviu a propósitos eugenistas e higienistas nas décadas de 1930 e 1940, passou por processos de esportivização nos anos 1960 quando foi utilizada pelo Regime Militar brasileiro como instrumento de alienação das consciências e, por fim, realizou uma renovação de princípios teóricos e práticos nos anos 1980. Merece destaque, contudo, as pesquisas de Cleber Dias sobre a história dos esportes (2013a), do futebol (2013b) e da educação física e sua inserção no cotidiano das escolas goianas (2014).

Na perspectiva de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a história da educação goiana e brasileira, este estudo pretendeu ampliar os entendimentos sobre a história da educação do corpo em Goiás tomando como fonte de pesquisa dois programas de ensino para a escolarização elementar goiana: o *Regulamento e Programma de Ensino dos Grupos Escolares do Estado de Goyaz (1925)* e o *Programma de Ensino para as Escolas Primárias do Estado de Goyaz (1930)*. Para melhor situar os documentos estudados, foi realizado um cotejamento dos mesmos com a Lei n. 631 de 02 de Agosto de 1918 (Organizando o ensino primário) e do Decreto n. 5.930 de 24 de Outubro de 1918 (Regulamentando o ensino primário.) partir da análise realizada por Miriam Fabia Alves (2007) em sua tese de doutoramento.

No conjunto, todos estes regramentos são aqui pensados como marcos iniciais para a institucionalização da educação física na escola primária e, de forma mais ampla, para a inscrição da escolarização elementar na difícil e necessária tarefa de transformação dos corpos em direção aos modelos civilizatórios pautados pelo controle das pulsões e instintos; logo, pela contenção dos gestos, pela verticalidade das posturas, pela limpeza corporal, pela domesticação dos sentidos e das sensibilidades (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006, 2012; SOARES, 2004; VIGARELLO, 1996).

Mas, é preciso ressaltar que a análise da legislação educacional não possibilita saber se as práticas propostas foram efetivamente desencadeadas, ou seja, embora se aceite a ideia que o período 1917-1930 representa os *momentos iniciais da educação física em Goiás* como sugere Cleber Dias (2014) considero temerário afirmar que, de fato, as práticas corporais sistematizadas na forma de ginástica ou exercícios físicos – que hoje conhecemos como educação física – tenham logrado se inserir ou afirmar na escola primária no período em tela. Ressalta-se, a partir daí, a perspectiva apontada por Faria Filho (1998). O estudo da legislação educacional goiana como prática de ordenação, controle e formalização de novas práticas leva a reconhecer que estes três Programmas de Ensino projetaram, além de uma nova estrutura para escola primária no estado e novos discursos sobre a instituição escolar, a inscrição da escola primária na problemática da educação corporal das crianças goianas. De resto, promoveram importantes mudanças institucionais e pedagógicas.

O olhar investigativo foi sustentado pela compreensão que os regramentos estudados integraram o mesmo processo de modernização da escola primária goiana. É este processo que vai ser examinado pelo estudo que se propôs a entender muito mais

um processo histórico e muito menos momentos históricos que o suportaram. Neste sentido, o estudo dos Programmas como integrantes de processos mais amplos (neste caso, a modernização pedagógica e institucional da escolarização elementar em Goiás) permitiu identificar semelhanças e dessemelhanças relevantes e, a partir daí, chegar-se a alguns importantes entendimentos sobre a educação do corpo em Goiás. Neste sentido, o estudo deu especial atenção aos quadros de horários que regulavam os tempos escolares.

Peças integrantes do mesmo tempo e jogo político - o período de domínio dos Caiado no controle da política goiana e da chamada *modernidade caiadista*¹ - os dois *Programmas* ora estudados mostram-se fundamentais para a compreensão das dinâmicas voltadas para a educação do corpo no processo de modernização da escola primária em Goiás. Ambos revelam-se dotados de grande relevância social e pedagógica consolidando a educação do corpo infantil enquanto dispositivo fundamental na (con) formação dos sujeitos, na organização dos cotidianos escolares e, porque não (?), na aceitação da escola como instituição centralizada na educação dos corpos dos pequenos goianos. Ademais, nas pegadas de Taborda de Oliveira (2011), considero que seu estudo pode ajudar a entender o lugar da educação do corpo na difusão e consolidação da forma escolar moderna até os rincões da Grande Pátria.

Modernizar a escola, modernizar o corpo dos goianos: “um vasto programa”²

Hoje sabemos que a *invenção* da escola elementar em Goiás não é obra dos anos 1930 nem tampouco resultado do furor renovador experimentado no país a partir da Era Vargas. Para localizar tal invenção é preciso, pois, um recuo pelo menos ao século XIX (Abreu, 2008, 2006), momento em que se torna visível um projeto educacional da sociedade goiana (Barra, 2010). No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, contudo, a situação da escola primária não era das melhores em função mesmo da descentralização política e administrativa que, desonerando os cofres estaduais, transferia para os pobres municípios goianos a responsabilidade de construir e manter escolas primárias. Houve redução do número de escolas e crianças matriculadas (Alves,

¹ Assim Miriam Fabia Alves denominou o projeto de modernização estadual levado a cabo por sucessivos governantes caiadistas período 1917-1930.

² Parafrazeando Paul Veyne (2010) em *Quando nosso mundo se tornou cristão* (312-394)

2007) e, como tão bem retrata Cora Coralina (1985) em *Minha escola primaria*, a precariedade e a escassez marcavam os cotidianos de crianças e professores das escolas existentes.

Tal situação colocava o governo goiano em situação constrangedora e desconfortável no interior do concerto federativo haja vista Goiás possuir 95% de sua população não conhecia e dominava os códigos da leitura, da escrita e do cálculo. Depois do Piauí – a maior percentagem de analfabetos do país. A situação começou a ser melhor enfrentada quando o governo de Goiás chamou para si a responsabilidade financeira e técnica sobre a escola primária, porém, em parceria com os municípios. Era 1918. Alves (2007) considera que o grupo dominante na política goiana desejava difundir uma imagem que se relacionava à sua adesão ao projeto republicano brasileiro no qual a educação e escola se apresentava como promessa e compromisso. Neste sentido, especialmente a escola primária, era um elemento que ajudava a compor a *modernidade caiadista* se constituindo em

estratégia política do grupo para apresentar no cenário nacional um estado moderno, alinhado com as transformações em curso no país. [Se] internamente, as questões sociais, as manifestações populares, as dissidências do grupo eram predominantemente resolvidas por meio da violência institucionalizada, o que poderia representar a face *selvagem* do estado, no cenário nacional, entretanto, o grupo tentava projetar uma imagem modernizadora do estado e a educação foi em alguns momentos utilizado como instrumento de divulgação dessa face moderna. (Grifo da autora).

Ao mesmo tempo, havia preocupações relacionadas ao *ethos* caipira que guiava mentalidades e comportamentos da população goiana, os quais se revelavam em gestualidades consideradas toscas e rudes, nos modos de falar e ouvir, nas práticas de alimentação e nos modos de comer, no trato com o corpo dos doentes que negavam os poderes da medicina moderna, no vestuário, entre tantos outros. Era preciso civilizar esta população incutindo nela um *habitus* mais adequado ao processo de modernização em curso. Para isso a escola foi chamada desde sempre e os regulamentos e programas de ensino muitas vezes continham respostas a demandas pontuais da sociedade goiana.

A reforma educacional promovida em 1918 pelo Diretor do Interior e Justiça, Americano do Brasil, durante o governo do presidente João Alves de Castro (1918-1922), configurou-se por meio da *Lei n. 631 de 02 de Agosto de 1918. Organizando o*

ensino primário (1918a) e do *Decreto n. 5.930 de 24 de Outubro de 1918. Regulamentando o ensino primário* (1918b). Tal reforma ordenava e formalizava novas práticas escolares e pedagógicas para as escolas primárias revelando faces relevantes do discurso educacional em Goiás, especialmente, naquilo que dizia respeito aos métodos de ensino, a organização do trabalho dos professores e a prescrição dos saberes escolares (Alves, 2007). A Revista *A informação Goyana* de 15 de dezembro de 1918 destacou a ação reformista.

Goyaz acaba de se colocar mais uma vez na vanguarda das iniciativas simpáticas em prol da transformação de nossos velhos hábitos. O presidente Alves de Castro, secundado nos seus esforços pela mocidade culta de Americano do Brasil, decretando a educação primária obrigatória em seu estado, abriu de fato novos horizontes às possibilidades do Brasil Central. [...] À energia moça de Americano do Brasil e ao espírito empreendedor do dr. Alves de Castro deve, pois, o país essa obra benemérita que é a primeira que se pratica entre nós, para dar combate eficiente ao analfabetismo que amesquinha as populações provincianas.

Assim, o primeiro grupo escolar do estado foi criado por esta reforma atraindo para si, desde então, a maior soma de recursos dos orçamentos estaduais em detrimento das escolas isoladas (Alves, 2007). Passados 08 anos, em 12 de fevereiro de 1925, surgiria o Decreto no. 8.538 contendo o Regulamento e Programma de Ensino dos Grupos Escolares, isto é, uma legislação específica e dirigida apenas aos grupos escolares. O Regimento e o Programma de 1925 se revelam instrumentos que ajustavam o Programa de Ensino de 1918 (que contemplava grupos escolares e escolas isoladas) as necessidades e potencialidades do grupo escolar. Conforme Alves (2007), o este regimento e programa de 1925 manteve a estrutura projetada em 1918, mas tratou detida e minuciosamente o “regime pedagógico das aulas” (GOYAZ, 1925, p. 11) contendo prescrições e orientações para o trabalho docente em todos os saberes escolares previstos (leitura, escrita, aritmética, geografia, história, geometria, ciências naturais e higiene e educação moral e cívica e urbanidade).

Um olhar mais atento para alguns elementos, contudo, permite entender os *programmas* de ensino de 1925 e de 1930 se constituíram instrumentos que aperfeiçoavam a ordenação da escola primária, de seus professores e alunos. Neste sentido, os ajustes aqui ressaltados pareciam visar ao aprimoramento da repartição dos

tempos escolares haja vista que os horários das aulas, do recreio, dos feriados foram alterados de forma a ampliar, especialmente, o tempo em que as crianças ficavam na escola sob os olhares dos seus professores. Alves (2007, p. 106) revela que na reforma de 1918,

O cotidiano das escolas do estado estava regulamentado da seguinte forma: as aulas deveriam acontecer no período das 9h às 13h. [...] os trabalhos escolares em todos os grupos e escolas isoladas seriam iniciados com cânticos dos alunos; o período das aulas deveria ser dividido em dois tempos, com um *intervalo de trinta minutos para recreio, destinado a brincadeiras ou repouso ao ar livre*. As escolas não funcionariam aos sábados, domingos, feriados, nos dias de festas populares ou religiosas e nas festas de São João e São Pedro. Caso os feriados acontecessem durante a semana, as escolas funcionariam aos sábados. (Grifo meu)

O Regulamento para os grupos escolares de 1925 estabeleceu outras formas de dividir e organizar os tempos escolares. As aulas ocorreriam em dois turnos no Grupo Escolar da Capital que matriculava meninos e meninas separados por períodos distintos: das 7 as 10 para os meninos e das 11 as 14 para as meninas e em todos os outros grupos escolares do interior do estado que recebiam meninas e meninas no mesmo turno de aulas. Os feriados religiosos, exceto três dias da Semana Santa, foram retirados do calendário escolar mantendo-se os *dias em vermelho* de caráter cívico e patriótico e, nos mesmos termos de 1918, a reposição de aulas aos sábados.

Em 1925, os horários para o recreio, brincadeiras e repouso ao ar livre e para outras práticas supostamente mais lúdicas desapareceram ou foram reduzidas no Regulamento de 1925, o que pode ser percebido também ao observar-se o quadro de horários que acompanha o *programma* de cada *anno* escolar. Nele se observa que as aulas se sucediam umas as outras sem qualquer interrupção em intervalos de 25 minutos. Um tempo recortado em pequenas frações (25 minutos para cada matéria) no qual os pequenos deviam aprender os saberes proferidos por cada matéria e, talvez, ainda mais importante, realizar a aprendizagem do controle do tempo – tarefa de uma educação do corpo e da mente. Conforme Cavalieri (2004, p. 98)

Poucas instituições sociais lidam com o tempo de maneira concomitantemente tão arbitrária e tão minuciosa quanto a escola. Tudo nela se refere a regulação do tempo. Tudo nela controla e é controlado pelo tempo. Horários, períodos, calendários,

planejamentos, prazos, grupos etários, enfim, a administração do tempo compõe o cerne da vida escolar tal como ela se expandiu e triunfou.

A obrigatoriedade de iniciar as aulas com cânticos também foi removida e o canto praticamente desapareceu do *Programma*, exceto na sexta-feira quando ocorria uma aula de canto no último horário da semana. A respeito, o *Programma* de 1925 parece recuar em relação ao lugar da música, do canto e do recreio, enfim, às práticas e tempos nos quais as crianças poderiam experimentar mais intensamente as possibilidades e *desobediências* que surgiam de e em seus corpos. Tal recuo pôde ser verificado em relação ao prescrito em 1918 e, mais fortemente ainda, se comparado ao *Programma* de Ensino para as Escolas Primárias do Estado de Goiás de 1930. Na ordenação de 1930, o canto reapareceu no currículo da escola primária goiana, em associação com a Ginástica Respiratória, como uma atividade escolar com tempo pré-estabelecido em quadro de horários a ser praticado pelas escolas: 5 minutos diários em todos os *annos* do curso primário. E igualmente o recreio foi re-inserido, nos termos de 1918, em 30 minutos diários.

A Reforma de 1918 parece ter introduzido, pela primeira vez na escola primária goiana tempos próprios para a exercitação corporal, para o recreio, brincadeiras e o repouso ao ar livre. Para o recreio, brincadeiras e repouso um intervalo de 30 minutos entre as aulas e para as aulas de ginástica e exercícios militares, um tempo apartado do horário das demais aulas. Segundo Alves (2007, p. 106) as aulas de ginástica e exercícios militares deviam ocorrer “[...] duas vezes por semana, das 16h às 20h, para o ensino de ginástica para ambos os sexos e exercícios militares para os meninos; as crianças de sete a oito anos estavam sujeitas apenas a duas horas e meia de exercícios físicos [...]”.

Em 1925, o *Programma de Ensino para os Grupos Escolares* inseriu Exercícios Físicos como matéria escolar do Primeiro *anno* sem, contudo, destinar-lhe tempo próprio nos quadros de horários. O caráter prescrito do *programma* pode ser visto aqui (na prescrição, por exemplo, de marchas e corridas *na ponta do pés e saltando de um pé para o outro*).

Exercícios físicos para fixar o hábito de manter attitude correcta. Gymnastica respiratória. Marcha lenta, acelerada, na ponta dos pés – Marchas cadenciadas – Movimentos methodicos e ordenados, em fórmula, com exercícios de extensão e flexão dos músculos, tendo-se em

vista o desenvolvimento do tronco e dos membros – Jogos de imitação e imaginação – Corridas: lentas, aceleradas, saltando de um pé para o outro – Danças populares infantis (GOYAZ, 1925, p. 35)

No Segundo *anno*, os exercícios físicos não foram prescritos retornando no Terceiro quase nos mesmos termos que no Primeiro ano, mas apresentando novas práticas corporais como os jogos ao ar livre e, importante, o volley-ball. Um detalhe leva a crer que a inexistência dos exercícios físicos no segundo ano poderia ser resultado de erros e não necessariamente por escolhas voluntárias haja visto sugerir-se, para o terceiro ano, a prática de “[...] saltos, como no segundo ano” (GOYAZ, 1925, p. 52). Ainda se ressalta que na matéria *Noções de Ciências Naturaes e Hygiene* do terceiro ano prescrevia-se a Gimnástica Respiratória no interior do ensino sobre a Hygiene da digestão (GOYAZ, 1925, p. 59).

No quarto ano, entraram os arremessos e saltos com equipamentos (corda, vara) e obstáculos. Além disso, reforçou a presença dos jogos e dos esportes na escola primária com a inserção do Jogo da barra, do *basket-ball* e da manutenção da *volley-ball*. Neste *Programma*, portanto, a exercitação corporal sistematizada na escola primária não é denominada Ginástica, mas Exercícios Físicos e, igualmente, os métodos ginásticos europeus não são sugeridos como conteúdos e prática destas aulas. Singularidade de grande importância haja vista o predomínio da narrativa histórica que credita aos métodos ginásticos a inserção do que hoje chamamos educação física na educação escolar.

Já em 1930, o *Programma* de 1930 projetado pela Missão Pedagógica Paulista³, configurou de forma muito mais precisa as práticas corporais sistematizadas escolares retirando-as da sigla das ciências naturais e da hygiene bem como definiu tempos para as aulas nos horários a serem praticados nas escolas. E, recusando a imprecisão dos termos, conformou a *Gymnastica* como matéria escolar destinando duas aulas por semana para crianças do segundo e terceiro ano e uma aula semanal para os que

³ A Missão Pedagógica Paulista veio a Goiás com a *missão* de ‘[...] reavivar o ensino primário consoante à orientação dos modernos processos pedagógicos’, conforme Alfredo Lopes de Moraes relatou na Mensagem de 1930. O presidente paulista, Julio Prestes, nomeou três professores para integrá-la: Humberto de Souza Leal (coordenador da Missão), José Cardoso e Cícero Bueno Brandão. A Missão chegou à centenária Vila Boa em outubro de 1929 e lá permaneceu até 29 de julho de 1930 reformando o ensino primário e o normal, dando cursos de aperfeiçoamento para professores primários e editando um suplemento pedagógico no Correio Oficial do Estado de Goiás (Ribeiro, 1975).

estavam no primeiro ano do curso primário. Neste caso, a ginástica sueca foi a escolhida já que podia ser

[...] executada sem aparelhos e visa o desenvolvimento harmônico e regular de todos os órgãos. Consta essencialmente de vinte e cinco exercícios de reflexão, extensão e rotação da cabeça, do tronco e dos membros que o professor precisa conhecer, para ensiná-los de modo racional e methodico. Em vista da exigüidade das salas escolares e das dificuldades criadas pelo mobiliário, há toda conveniência em fazer praticar esses exercícios ao ar livre, no pátio do recreio. Importa que haj vivacidade nos exercícios, que devem ser enérgicos, porém não fatigantes, e durar, no máximo, dez minutos diariamente (GOYAZ. 1930, p. 38-39)

Como se pode perceber, também aqui no Programma de 1930 o caráter orientador e prescritivo está presente alertando, inclusive, para a necessidade do professor conhecer os exercícios para bem ensiná-los aos alunos. Este não parece ser um alerta desimportante haja vista a impressão causada pela prática de exercitação corporal nas escolas goianas nos educadores paulistas que realizaram a reforma da escola primária em 1930 e formularam o documento ora estudado. Especialmente, em Cícero Bueno Brandão que integrava a Missão Pedagógica Paulista e era sargento da Polícia Militar daquele estado. Brandão fora aluno de Dethow e sua ginástica sueca e difundira, no Curso de Aperfeiçoamento ministrado por ocasião da visita da Missão em 1929, os conhecimentos ali adquiridos. Em entrevista a Nanci Ribeiro de A. Silva, Brandão (APUD SILVA, 1975, p. 250) formulou em 1975 uma avaliação do ensino da ginástica em Goiás em 1929 quando a Missão Pedagógica paulista chegou a Goiás. Segundo ele, o ensino de exercícios físicos era

[...] totalmente inexistente. Limitava-se a exercícios físicos que infelizmente não correspondiam a suas finalidades específicas. *Os alunos, e mesmo os professores, desenvolviam uma marcha descompassada e, cumpre dizer, mal lembrando que aquilo era um exercício no qual se devia observar controle coordenado de movimentos e postura correta do corpo.* (Grifo meu)

Os programas aqui estudados configuraram, de resto, numerosos dispositivos de educação do corpo e os confinaram em igualmente variadas dimensões da escola primária e não somente nas cadeiras de Exercícios Físicos e Ginástica. Especialmente, a educação do corpo foi distribuída por diferentes matérias escolares como *leitura* (em

voz baixa), *escrita* (inclinada ou vertical em suas respectivas posturas corporais), *noções de ciências naturais e higiene* onde se estudava as partes do corpo, suas funções e papéis e se aprendia a prática do asseio corporal e da moradia; *urbanidade e civilidade* que se dedicava ao polimento das maneiras e ao refinamento dos gestos, da expressão facial e do tom de voz; *educação moral e cívica* onde se admoestavam a moralidade das crianças incitando-as a comportamentos silenciosos e quietos, vistos como demonstração de firmeza de caráter.

Breves conclusões

A diversidade e multiplicidade destes dispositivos levam a acreditar que, no seu conjunto, eles permitiram iniciar e aprofundar o processo no qual a exercitação corporal começou a fazer parte do discurso educacional em Goiás. Neste processo, à escola primária foi sendo atribuídas crescentes funções e tarefas no projeto de modernização do corpo por meio da educação em Goiás. Se tomada a proposta de educação corporal, contida nestes programas a imagem da escola primária goiana vai-se aproximando das expectativas das sociedade brasileira no projeto de escolarização então em curso no país.

Chama atenção um aspecto muito particular da escolarização da educação física em Goiás: trata-se da inserção do esporte na educação de crianças da escola primária em um tempo aparentemente precoce em relação à narrativa histórica que localiza as origens da esportivização da educação física brasileira nos anos 1940 e 1950. Ainda se tomarmos a referencia do estudo de Linhales (2006), na década de 1920 o debate sobre a inserção do esporte na escola ainda não tinha encontrado seus termos estando envolto em intensas disputas e resistências no campo cultural nacional.

Neste sentido, importa realçar as práticas sugeridas pelo Programma de 1925 naquilo que elas podem revelar sobre as apropriações que o nascente campo da educação goiana estava realizando. É que o voleibol e o basquetebol são, ambas, praticas de origem norteamericana que, já na década de 1920, marcava presença na escola primária de Goiás. Por sinal, a professora Maria Leal Lucio (1928) que nasceu

em 1921 e fez o curso primário no Grupo Escolar de Corumbá de Goiás, no interior do estado, relembrou em seu livro de memórias (1999) que jogava basquete, “um jogo americano” no time das meninas organizado pelas professoras da escola. Esta compreensão deve ser melhor delineada em outras pesquisas e estudos que, inclusive, podem encontrar condições de identificar vestígios de americanismo e de esforço voltados para a produção do homem novo em Goiás desde os longínquos anos 1920.

Referências bibliográficas

ABREU, Sandra E. A. de. *O ensino da escrita, da leitura, do cálculo e da doutrina religiosa nas escolas de primeiras letras da Província de Goiás no século XIX*. Revista Brasileira de História da Educação, no. 18, set-dez 2008, 35 p.

_____. *Instrução primária na província de Goiás no século XIX*. São Paulo, 2006 (Tese de doutorado).

ALVES, Miriam Fabia. F. *A escolarização em Goiás nos anos de 1920: as escolas isoladas e o grupo escolar*. <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/403.pdf>

_____. *Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na Primeira República*. Belo Horizonte, 2007. (Tese de doutorado).

BARRA, Valdeniza M. da. *Projeto de Educação da Sociedade Goiana do século XIX: possível tradução de um processo histórico multifacetado*. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (org.). *Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. p.21-56.

CAVALIERI, Ana. *Escola do tempo*. Cadernos de Antropologia e Imagem, no. 19, 2004, 03 p.

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 1985

DIAS, Cleber. *Momentos iniciais da educação física em Goiás (1917-1929)*. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, vol. 1, n. 28, jan-mar 2014, 15 p.. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v28n1/1807-5509-rbefe-28-01-00095.pdf>

_____. *Primórdios do futebol em Goiás, (1907-1936)*. Revista de História Regional, vol.1, n. 18, 2013, 30 p. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4000/3510>

_____. *Notas históricas sobre o esporte em Goiás*. Anais XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, jul 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370711777_ARQUIVO_NotashistoricassobreosporteemGoiás-Anpuh2013.pdf

FARIA FILHO, Luciano M. de. *A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação*. FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectiva de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GOYAZ. Lei n. 631 de 02 de Agosto de 1918. Organizando o ensino primário. 1918a

_____. Decreto n. 5.930 de 24 de Outubro de 1918. Regulamentando o ensino primário. 1918b

_____. Decreto n. 8.538 de 12 de fevereiro de 1925. Regulamento e Programa de Ensino dos Grupos Escolares do Estado de Goyaz, 1925.

LINHALES, Meily A. *A escola, o esporte e a energização do caráter: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*. Belo Horizonte, 2006 (Tese de doutorado)

LÚCIO, Maria L. *Pingos e respingos de uma saudade*. Goiânia: Keops, 1999.

NUNES, Clarice. *História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos*. Teoria & Educação, n. 6, 1992, 31 p.

OLIVEIRA, Marcos A. Taborda de. *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006

SILVA, Nanci R. de A. e. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia/GO: Oriente, 1975.

SOARES, C. L. *Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas*. Soares, C. L. (Org.). Corpo e história. Campinas: Autores Associados, 2004.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A.; LINHALES, Meily A.. *Pensar a educação do corpo na e para a escola: indícios no debate educacional brasileiro (1882-1927)*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011, 20 p. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a07.pdf>

VALDEZ, Diane. *História da Educação em Goiás: estado da arte*. Revista de Educação Pública. vol. 21, no. 45, jan-abr 2012, 21 p.

VAGO, Tarcisio M. *Histórias de educação física na escola*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

_____. *Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. Cadernos CEDES*, Campinas, v.19 n.48, ago. 1999. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621999000100003>.

_____. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1920)*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.

VIGARELLO, G. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

